

FABIANE LUZ CORREA

UM ESTUDO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEUS EFEITOS NOS
MUNICÍPIOS DE CERRO AZUL, TELÊMACO BORBA E TIBAGI

Monografia apresentada como requisito
parcial à conclusão do Curso de Ciências
Econômicas, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Huáscar Fialho Pessali

CURITIBA

2012


TERMO DE APROVAÇÃO


FABIANE LUZ CORREA


UM ESTUDO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEUS EFEITOS NOS
MUNICÍPIOS DE CERRO AZUL, TELÊMACO BORBA E TIBAGI

Monografia aprovada como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Dr. Huascar Fialho Pessali
Departamento de Economia, UFPR


Danielle Guizzo
Departamento de Economia, UFPR


Prof. Dr. Luiz Vamberto de Santana
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 15 de outubro de 2012.

Dedico esse trabalho aos meus pais, Francisco e Rosene, minhas irmãs, Franciane, Fernanda e Ana Fabiele que sempre estiveram ao meu lado durante toda esta caminhada e ao meu namorado que é meu porto seguro. Obrigada por compartilharem comigo mais esta conquista.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – PROGRAMAS COMPLEMENTARES DO GOVERNO FEDERAL

GRÁFICO 1 – NÚMERO DE BENEFÍCIOS PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

GRÁFICO 2 – VALOR DOS BENEFÍCIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

LISTA DE SIGLAS

BVJ – BENEFÍCIO VARIÁVEL VINCULADO AO JOVEM

CADÚNICO – CADASTRAMENTO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS

FMAS – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

IGD – ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS

IPEADATA – BASE DE DADOS INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS

MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

PBF – PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

PNAD - PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICILIOS

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – SÍNTESE SOCIOECONOMIA MUNICÍPIOS

TABELA 2 – ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA MUNICIPAL IGDM

TABELA 3 – IFDM EDUCAÇÃO

TABELA 4 – NÚMERO DE MATRICULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

TABELA 5 – NÚMERO DE MATRICULAS NO ENSINO MÉDIO

TABELA 6 – TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

TABELA 7 – TAXA DE ABANDONO

TABELA 8 – IFDM SAÚDE

TABELA 9 – COBERTURA VACINAL

TABELA 10 – PROPORÇÃO DE CRIANÇAS NASCIDAS POR NÚMERO DE PRÉ NATAL (%)

TABELA 11 – IFDM EMPREGO & RENDA

TABELA 12 – GERAÇÃO DE EMPREGOS

TABELA 13 - SÍNTESE DE INDICADORES

RESUMO

Este trabalho apresentará um estudo do surgimento, funcionamento e efeitos do Programa Bolsa Família, na área da educação, saúde e emprego das famílias beneficiárias nos municípios de Cerro Azul, Telêmaco Borba e Tibagi. A partir de 1930 o tema proteção social passou a fazer parte da agenda de debates do Estado, que percebeu a necessidade de intervenção para garantir aos cidadãos mais vulneráveis acesso a condições mínimas de subsistência.

Programas de transferência direta de renda condicionada visam, através da transferência monetária, promover às famílias beneficiadas acesso a bens básicos como a alimentação, educação e saúde, que além de aliviar a extrema pobreza possibilitam melhores condições de vida. O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda condicionada do Governo Federal, suas condicionalidades são na área da educação, saúde e assistência social.

O presente estudo avaliará os efeitos do Programa em três municípios do estado do Paraná, contemplando as áreas de educação, saúde e emprego. Para isso serão analisados os mecanismos do Programa e o perfil socioeconômico dos municípios. Espera-se que o Programa tenha efeitos positivos, promovendo o alívio imediato da pobreza, acesso a serviços básicos como educação, saúde e desenvolvimento das famílias.

Palavras chaves: transferência de renda, Programa Bolsa Família, baixo índice de desenvolvimento.

ABSTRACT

This paper will present a study about appearance, operation and effects of Family Scholarship Program, in education, health and employment areas of beneficiaries families on Cerro Azul, Telêmaco Borba and Tibagi cities. Starting in 1930 the Social Protection theme became part of schedule of states discussion, that realized the need of intervention to ensure the most vulnerable citizens access to the minimum conditions of subsistence.

Programs of conditional cash transfer direct aim, by transferring monetary, to promote beneficiary families access to basic goods such as food, education and health, that in addition to alleviating extreme poverty, enables better living conditions. The Family Scholarship is a program of conditional income transfers from the Federal Government, and its conditionalities are in education, health and social care area.

This study will evaluate the effects of the Program in three cities in the state of Paraná, covering the education, health and employment areas. For that be analyzed the mechanisms Program and socioeconomic profile of the cities. It's expected that the Program has positive effects, promoting the immediate relief of poverty, access to basic services such as education, health and development of families.

Keywords: income transfers, Family Scholarship Program, low development index.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 TEORIA DO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE: POBREZA COMO PRIVAÇÃO DE CAPACIDADES BÁSICAS E COMO BAIXO NÍVEL DE RENDA.....	13
2.2 ESTADO DO BEM ESTAR SOCIAL ou <i>WELFARE STATE</i>	15
2.3 PROGRAMA DE RENDA MINIMA	16
2.3.1 Programa de Renda Mínima no Brasil.....	18
3. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	20
3.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, DETERMINAÇÃO DE BENEFÍCIOS E CONDICIONALIDADES	21
3.2. RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS	23
3.2.1 Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M).....	24
3.3 INFLUÊNCIA DOS PROGRAMAS COMPLEMENTARES	25
4. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS	26
4.1 CERRO AZUL	28
4.2 TELÊMACO BORBA	29
4.3 TIBAGI.....	29
5. ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS MUNICÍPIOS	30
5.1 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS MUNICÍPIOS.....	30
5.2 EDUCAÇÃO	35
5.2.1 Infraestrutura da educação nos municípios.....	35
5.2.2 Análise dos Indicadores na Educação.....	36
5.3 SAÚDE	40
5.3.1 Saúde e o Programa Bolsa Família.....	41
5.3.2 Análise dos indicadores da saúde.....	43
5.4 EMPREGO & RENDA E O PBF	46
5.4.1 Análise do Emprego e Renda nos municípios.....	47
5.5 SÍNTESE INDICADORES	49
6 CONCLUSÃO	53
7 REFERÊNCIAS	55

1. INTRODUÇÃO

Após a Grande Depressão de 1929, a preocupação com a pobreza fez com que os Estados passassem a olhar com maior atenção para a população mais vulnerável que vivem à margem da sociedade. Houve a necessidade da intervenção do Estado para aliviar a extrema pobreza que persistia. Desde então diversos foram os movimentos criados visando amenizar esta situação de pobreza através de políticas sociais.

No Brasil as políticas de proteção social datam a partir dos anos 30, quando o Estado assume a função de agente principal de promoção a recursos básicos para a população. Em 1990 iniciam as ideias de programas de transferência de renda direta. O primeiro que surgiu foi o Programa de Renda Mínima, ação no qual promovia uma renda ao cidadão independente do trabalho. Entretanto, o programa que mais se destacou foi o Programa Bolsa Família do Governo Federal, desmembrado do programa Fome Zero. O Programa Bolsa Família visa a transferência direta de renda condicionada a famílias que vivem em condições de pobreza ou extrema pobreza.

O Bolsa família tem como objetivo o alívio imediato da pobreza, acesso a direitos sociais básicos às família beneficiárias e promover o desenvolvimento dessas famílias para que superem a situação de vulnerabilidade.

O Programa possui gestão descentralizada, ficando a cargo do Município o gerenciamento do mesmo. As grandes disparidades existentes entre e dentro dos Estados Brasileiros torna este modelo de gestão a melhor maneira de atender as necessidades socioeconômicas de cada município.

Municípios com baixo índice de desenvolvimento e com maior incidência de pobreza são mais dependentes de programas de transferência de renda do Governo. Para fins de análise de efeitos do Programa Bolsa Família, foram selecionados dois municípios com perfis socioeconômicos similar e que possuem os menores IDH-M do Estado e um terceiro com melhor indicador e estrutura socioeconômica. Pois espera-se que o efeito do Programa seja mais visível em municípios com tais características e tendo como base três municípios socioeconomicamente diferentes é possível identificar o que é melhora ou piora da economia como um todo ou o que refere-se a efeito do Programa.

O objetivo deste trabalho é analisar os mecanismos de funcionamento e efeitos do Programa Bolsa Família nas áreas da educação, saúde e emprego nos municípios de Cerro Azul, Telêmaco Borba e Tibagi.

O trabalho será dividido em 5 capítulos, inclusive esta introdução. No segundo capítulo é tratado o conceito de desenvolvimento como liberdade, no qual a pobreza é definida como privação de capacidades, também apresenta o conceito do *Welfare State* e Programa de Renda Mínima, seu surgimento e desenvolvimento no Brasil. O terceiro capítulo apresenta o surgimento do Programa Bolsa Família e em seguida os mecanismos de funcionamento do mesmo. No capítulo quatro, é apresentado o perfil socioeconômico dos municípios estudados. E por fim, no capítulo cinco são analisados os aspectos sociais e econômicos do Programa Bolsa Família nos municípios, bem como a apresentação dos indicadores na área da educação, saúde e emprego e a síntese dos indicadores.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta o referencial teórico utilizado para a elaboração desta monografia. O mesmo está dividido em três seções. A primeira seção aborda o conceito de desenvolvimento como liberdade, no qual trata a pobreza como privação de capacidades, a segunda seção explica o conceito de *welfare state* ou estado de bem estar social e a última explica o conceito de renda mínima.

2.1 TEORIA DO DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE: POBREZA COMO PRIVAÇÃO DE CAPACIDADES BÁSICAS E COMO BAIXO NÍVEL DE RENDA

Para Amartya Sen (2000), desenvolvimento possui um conceito bem mais amplo do que apenas acumulação de riqueza, crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), ou da renda. Para o autor, desenvolvimento está relacionado com a qualidade de vida que temos e a liberdade que desfrutamos. Existência das liberdades e a maneira como elas estão à disposição da população são os principais meios de se alcançar o desenvolvimento. Porém a atual sociedade está inserida em um mundo de privações, destituição e opressão extraordinárias, os indivíduos não têm liberdade de possuir uma melhor segurança nutricional, acesso a serviços básicos como educação, saúde, moradia e acesso a oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Há uma pobreza que persiste e na qual as necessidades básicas não são satisfeitas, esses problemas podem ser encontrados tanto em países ricos quanto em países pobres, em cada um apresentada de alguma forma (SEN, 2000).

A privação de liberdades pode estar associada tanto à pobreza e à desigualdade, quanto à carência de acesso a serviços básicos e assistência social. SEN (2000) aborda a pobreza como privação de capacidades e não como a visão

clássica no qual se analisa com base na renda. Seus argumentos para este foco de abordagem baseiam-se em:

- 1) A pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são *intrinsecamente* importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas *instrumentalmente*).
- 2) Existem *outras* influências sobre a privação de capacidades – e, portanto, sobre a pobreza real – além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades).
- 3) A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é a *variável* entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional). (SEN,2000, p. 109-110).

Pobreza é a privação de capacidades básicas e não somente a existência de uma baixa renda, porém não se deve minimizar o fato de que baixa renda é uma das principais causas da pobreza. A privação de capacidades podem ser a causa de morte prematura, morbidez persistente, subnutrição, fome, analfabetismo e outras deficiências, na contra mão percebe-se que quanto melhores são os níveis educacionais e de saúde, maior é o nível de renda e este é um dos principais motivos dos indivíduos desejarem a riqueza, pois quanto maior a riqueza maior serão as liberdades e com isso melhor a qualidade de vida (SEN, 2000).

As privações de liberdades existem se um individuo deseja alcançar ou ter acesso a algum serviço ou algum bem que gostaria de possuir e que por certas privações não é possível. Nestes casos políticas publicas que venham a satisfazer os pequenos desejos dos indivíduos, sejam eles, saciar a fome, ter acesso a educação ou até mesmo ter uma moradia, podem ser eficazes (SEN, 2000).

Para a elaboração de políticas deve-se levar em conta em primeiro lugar fatores como gênero, idade das pessoas, localização, condições epidemiológicas e outros fatores nos quais não se tem controle ou quando tem, é considerada pouco. Essas variáveis são importantes porque é preciso saber os papéis desempenhados por ambos os gêneros, necessidades individuais, condições de segurança e doenças endêmicas. Em segundo lugar SEN revela que há uma desvantagem entre privação de renda e adversidade na conversão de renda em funcionamentos, ou seja, quando se analisa a variável idade, a mesma pode ser uma desvantagem, pois

reduz a capacidade de aumentar a renda assim como torna-se mais difícil transformar a renda em produtividade. Em terceiro lugar há o problema da distribuição da renda entre os membros das famílias. Isso ocorre quando predomina o interesse de um membro em detrimento de outro. E em quarto lugar a privação de renda pode resultar em privação absoluta de capacidades, este fato refere-se a pessoas que apesar de apresentarem rendas relativamente altas apresentam desvantagens por viverem em países ricos, uma vez que não conseguem acompanhar o padrão de vida dos demais habitantes (SEN, 2000).

A questão da discussão pública e participação social é de suma importância para a elaboração de políticas públicas, não se pode deixar de lado a abordagem orientada para a liberdade, uma vez que ela não pode deixar de ser central para a análise de políticas públicas (SEN, 2000).

2.2 ESTADO DO BEM ESTAR SOCIAL ou *WELFARE STATE*

Simultaneamente ao avanço do capitalismo, houve um aumento da pobreza entre membros da classe operária, no qual ficou conhecido como “questão social”, tal movimento se explicava pelo fato de haver uma contradição entre acumulação do capital e distribuição igualitária dos ganhos da sociedade. A sociedade mais atingida por esta situação foi a burguesa, no qual recorreu a políticas sociais para contornar este problema. Neste momento destacava-se um tipo de organização do Estado, *Welfare State* ou Estado do Bem Estar Social.

O Estado do bem Estar Social caracteriza os direitos sociais vinculados a existência de qualquer indivíduo que devem ser oferecidos diretamente pelo Estado ou indiretamente através da sociedade civil. Tais direitos são relacionados a sobrevivência do cidadão, bem como acesso a serviços básicos que possam promover a este cidadão oportunidades de desenvolvimento.

O *Welfare State*, Estado-Providência ou ainda Estado-Social surgiu no ano de 1930, na Grande Depressão, para suprir as necessidades de segurança socioeconômica das famílias nas contingências sociais: doença, velhice e acesso a serviços básicos a todos os cidadãos. Trata-se de uma organização político-social no qual promulga que todo indivíduo tem direito a acesso a bens e serviços no qual deveria ser fornecido pelo Estado, colocando assim o Estado como agente principal da promoção de tais direitos aos indivíduos (MEDEIROS, 2001).

Sempre haverá uma parte da população vulnerável aos riscos impostos pelo desenvolvimento capitalista. Que agrava a desigualdade e consigo traz à tona a existência não só dos excluídos da sociedade como também excluídos da economia (HONDA, 2003).

2.3 PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA

Em todo processo histórico da humanidade é possível identificar a necessidade da existência de uma condição mínima de subsistência, condições de acesso a bens básicos, tais como educação, saúde, emprego, lazer. Tais garantias promovem a justiça social (SILVA, 1997).

Na atual sociedade o que se verifica é que em um extremo estão as famílias com bons empregos e no outro em maior contingente aqueles que estão desempregados ou estão em empregos instáveis. Neste contexto verifica-se a necessidade da criação de uma renda básica independente do trabalho (SILVA, 1997).

A proposta de renda mínima condicionada não é apenas uma evolução na estrutura e funcionamento do *Welfare State*, mas sim uma estratégia no qual se tem uma renda básica independente do trabalho, visando solucionar os problemas da

pobreza, desemprego e assistência social, Van Parijs¹ (1995, citado por SILVA, 1997).

Ao início da discussão sobre renda mínima, o que se via eram modelos de subsistência no qual se dividia entre aptos e inaptos ao trabalho, porém no decorrer no debate a ideia da possibilidade e necessidade de políticas de renda mínima ganhou força, sendo abordada de diferentes aspectos e concepções. Na Europa via-se o debate sobre a renda mínima dividida entre três correntes, a “liberal”, na qual tinha a renda mínima como mecanismo de proteção social e a “distributiva” no qual era apontada como mecanismo de distribuição de renda e a “inserção” que defendia a articulação da renda mínima com outras rendas, baseava-se na ideia de complementação (SILVA, 1997).

Na primeira, ela tem função substitutiva, ou seja, deve-se substituir todos os demais benefícios por uma única renda monetária, para os beneficiários terem condições de buscar diretamente no mercado as suas necessidades básicas. Na segunda, a ideia central é a renda mínima como distribuição de renda, devido as transformações industriais, no qual provoca uma dissociação entre volume produção, emprego e produtividade, decorrentes dos progresso tecnológico. E na terceira a garantia de um mínimo de recursos aos pobres, através de um tipo de contrato que exige a inserção ou reinserção como contrapartida da renda mínima, renda complementar, articulação da renda com outros programas sociais, duração limitada e tem a família como unidade de referência para atribuição de renda, esta ultima corrente reforça a lógica de complementaridade (SILVA, 1997).

¹ Philippe Van Parijs: Economista Político e Filósofo, um dos principais defensores do conceito da renda mínima. Vide seu livro *“In Real Freedom for All: What (If anything) can justify capitalism?”*(1995).

2.3.1 Programa de Renda Mínima no Brasil

O sistema de proteção social datam no Brasil a partir de 1930, quando o Estado passa a assumir a função de promoção à educação, saúde, previdência, programas de alimentação e nutrição, habitação, saneamento, transporte entre outros. No entanto no decorrer dos anos via-se uma política social totalmente subordinada à política econômica. E meados da década de 1990, destacava-se uma discrepância entre indicadores sociais e econômicos e todos os programas sociais foram abortados. Este sistema social via-se impossibilitado de enfrentar o empobrecimento e crescimento da população brasileira, não existia um programa que pudesse surtir efeitos ou minimizar a pobreza no país. Neste contexto surge a temática da renda mínima, entendida como uma transferência monetária a indivíduos ou família (SILVA, 1997).

A concepção de uma renda mínima foi colocada em pauta em 1991, com o Projeto de Lei nº 80, que propôs a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), apresentada ao Senado Federal, pelo Senador Eduardo Suplicy (PT) (SILVA, 1997). O Projeto de Lei nº 2561, implementado em 1992, instituía o Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM, que beneficiaria, sob a forma do imposto de renda negativo, todas as pessoas residentes no país, maiores de vinte e cinco anos e que auferiam rendimentos brutos mensais inferiores a Cr\$ 45.000,00 (SENADO, 1991).

O debate em torno da renda mínima circundava em propostas nos âmbitos municipal, estadual e nacional e materializava-se como auxílio financeiro sob lógica de complementaridade. O PGRM também previa que o Executivo instituiria programas e projetos visando a ampliação de serviços e bens de consumo buscando atender a demanda que cresceria com a implantação do Programa, não devendo o PGRM substituir as ações governamentais na área de saúde, educação e saneamento (SILVA, 1997).

O Deputado Eduardo Suplicy buscou fundamentar seu PGRM com base no art. 3º, inciso III da Constituição de 1988, no qual determinava a erradicação da

pobreza, redução das desigualdades sociais e regionais, sendo a transferência da renda monetária, um instrumento para aqueles que não conseguem satisfazer suas necessidades básicas (CRISTOVAM BUARQUE, EDUARDO SUPLICY, 1997).

Entre críticas e vantagens com relação ao PGRM deve-se destacar a importância do mesmo, a experiência brasileira de implantação do Programa iniciou em 1995 na Prefeitura de Campinas (SP), Brasília (DF), em 1996, em Ribeirão Preto (SP), Santos (SP), Jundiaí (SP), Boa Vista (RR), Vitória (ES), Belo Horizonte (MG), Belém (PA) e Salvador (BA) (CRISTOVAM BUARQUE, EDUARDO SUPLICY, 1997).

O progresso no debate sobre políticas de renda mínima no Brasil nos anos 90 se mantinham forte e presente no Senado, entre propostas de transferência monetária sancionadas, em execução, aprovadas, regulamentadas em tramitação e em elaboração, contabilizavam quase uma centena.

Três são os principais aspectos de debates no âmbito do PGRM, seriam eles: âmbito de responsabilidade, orçamento versus eficiência do Programa e por último o financiamento. O primeiro debate do PGRM é a questão do Programa ter um formato nacional e a sua implantação possa ser descentralizada, considerando as características locais de cada estado e cidade, pois a ideia original do programa era de ser no âmbito municipal como aconteceu em muitos Municípios, porém, apesar dos Municípios possuírem maiores condições de identificação do público-alvo, implantação, execução e controle dos Programas, por outro lado os municípios mais pobres e que dependem mais ainda desses programas, não possuem recursos para implanta-los, o que aumenta as disparidades regionais (CRISTOVAM BUARQUE, EDUARDO SUPLICY, 1997).

Outro aspecto refere-se a conciliação da restrição orçamentária e a urgência em se erradicar a pobreza, essa preocupação deve-se a fato de haver muitos elegíveis beneficiários do programa aprovado pelo governo, o que resultaria num desembolso considerável para o poder público caso considerasse estes potenciais beneficiários individualmente, se considerar a família aos invés dos indivíduos os custos seriam reduzidos, o foco do Programa é conciliar custos razoáveis sem causar prejuízos a efetividade do programa e seus objetivos (CRISTOVAM BUARQUE, EDUARDO SUPLICY, 1997).

Por ultimo, a questão do financiamento. Este deveria ser financiado com recursos federais, através da substituição dos programas já existentes e redução dos incentivos e desistência fiscais, porém esses mecanismos não agradaram os parlamentares, que solicitaram maior atenção para o fato e reivindicam compatibilidade dos recursos que sejam destinados ao Programa (CRISTOVAM BUARQUE, EDUARDO SUPLICY, 1997).

O PGRM através do seu aspecto mais focalizado e de menor custo, proporcionou uma abertura a ideia de renda básica ou renda de cidadania para todo brasileiro, assim como melhores condições de vida para os mesmos, foi o primeiro passo para a implantação e maior atenção a questão social no país.

3. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

No ano de 2002, a principal proposta e meta da campanha do então candidato a presidência Luiz Inácio Lula da Silva era um programa relacionado à erradicação da fome, que ficou conhecido como FOME ZERO. O Programa que foi implantado em 2003, acabou sendo fundido ao Programa Bolsa Família (Presidência da República Federativa do Brasil, 2012).

O PBF é uma unificação de programas remanescentes do governo Fernando Henrique Cardoso, como o Programa Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

O Programa Bolsa Família foi implantado em janeiro de 2004, tendo como objetivo promover através de transferência de renda a famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza acesso à saúde, alimentação, educação e assistência social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012). O PBF foi instituído pela Lei 10.836/04 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/04, conversão da MPv nº 132, de 2003 (CASA CIVIL, 2012) possui gestão descentralizada e compartilhada pela União, estados, Distrito Federal e Municípios.

O Programa atua através de três eixos. O primeiro refere-se a transferência de renda, proporcionando o alívio imediato da pobreza; o segundo são as

condicionalidades, visando reforçar o acesso a direitos sociais básicos, tais como educação, saúde e assistência social; já o terceiro trata dos programas complementares que promovem o desenvolvimento das famílias para que superem a situação de vulnerabilidade (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

O Programa é a maior ação posta em prática pelo Governo no que refere-se a transferência de renda direta, é um tipo de mecanismo de combate a pobreza no qual não caminha sozinho, necessitando assim de programas complementares que visem aprimorar e melhorar os objetivos buscados pelo PBF. É um programa considerado de curto prazo, pois objetiva-se aliviar a pobreza de forma imediata (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012). Desde sua criação em 2004 o Programa atingiu a marca de 86.340.607 benefícios concedidos até dezembro de 2011, o que significa um valor de R\$ 7.428.352.465 em todo o Brasil (IPEADATA, 2012).

3.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO, DETERMINAÇÃO DE BENEFÍCIOS E CONDICIONALIDADES

O PBF seleciona seus beneficiários de acordo com seu nível de renda, ou seja, é selecionado aquele que vive em situação de pobreza ou extrema pobreza. Esta caracterização de pobreza ou extrema pobreza é estabelecida a partir da renda FAMILIAR e é dividido em dois grupos, no primeiro encontram-se as famílias com renda *per capita* abaixo de R\$ 60,00, não havendo necessidade de avaliar a sua composição e no segundo grupo estão as famílias com renda mensal *per capita* entre R\$ 60,01 à R\$ 120,00, no qual devem possuir em sua composição criança, adolescente, gestante e/ou nutriz (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

Como ferramenta para identificar os potenciais beneficiários o Governo utiliza do Cadastro Único para programas sociais, a partir de informações obtidas no CadU, principalmente aquelas que possibilitam conhecer realidade socioeconômica. A partir dessas informações o MDS seleciona as famílias que devem receber o

benefício, levando em consideração principalmente a renda per capita dos membros da família. Os benefícios são determinados a partir da situação econômica da família, conforme determinado pelo MDS:

Benefício básico (R\$ 70, pago apenas a famílias extremamente pobres, com renda per capita igual ou inferior a R\$ 70); benefício variável (R\$ 32, pago pela existência na família de crianças de zero a 15 anos, gestantes e/ou nutrizes – limitado a cinco benefícios por família); benefício variável vinculado ao adolescente (BVJ) (R\$ 38, pagos pela existência na família de jovens entre 16 e 17 anos – limitado a dois jovens por família); e benefício variável de caráter extraordinário (BVCE) (valor calculado caso a caso), esses valores são o resultado do reajuste anunciado em 1º de março e vigoram a partir dos benefícios pagos em abril de 2011 (MDS, 2012).

Uma das principais características do programa é a existência de condicionalidades. As condicionalidades são uma maneira de existir reciprocidade de compromisso entre o Governo e as famílias beneficiadas, no qual o primeiro tem como obrigação ofertar serviços como educação, saúde e assistência social, enquanto o segundo, deve assumir e cumprir esses compromissos para manter o recebimento do benefício. As condicionalidades estão relacionadas a área da saúde, educação e assistência social. Na área da saúde as famílias devem acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos, mulheres entre 14 e 44 anos devem realizar este acompanhamento e também devem as gestantes realizar o pré natal e o acompanhamento de sua saúde e do bebê. Na educação todas as crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar matriculados e com frequência escolar mínima de 85%, e os estudantes de 16 e 17 anos dever ter frequência no mínimo de 75%, as famílias nas quais recebem o benefício porém não possuem filhos na idade escolar, não precisam atender a este compromisso e na área de assistência social, crianças e adolescentes de até 15 anos que foram retiradas do trabalho infantil pelo Peti (Programa de erradicação do trabalho infantil), tem o dever de participar do Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e obter frequência mínima de 85% da carga horária (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

É de obrigação do poder público fiscalizar e monitorar a execução dessas condicionalidades, para auxiliar os gestores públicos na fiscalização, o MDS disponibiliza uma ferramenta de gerenciamento das condicionalidades, o Sicon (Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família), no qual é possível

consultar famílias em descumprimento com as condicionalidades, registrar e alterar o recurso quando há irregularidades, definir ou indeferir um recurso cadastrado e registrar informações sobre o acompanhamento das famílias. A partir desse gerenciamento é possível desenvolver ações de acompanhamento das famílias em descumprimento, quando tais ações não surtem efeitos as famílias podem ter o benefício bloqueado, suspenso e até mesmo cancelado (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

3.2. RESPONSABILIDADE DOS MUNICÍPIOS

Os Municípios são os principais gestores do PBF, nesse sentido os mesmos podem ser mais eficazes quanto a gestão do Programa, uma vez que possuem maiores condições de identificação do público-alvo, implantação, execução e controle do Programa, bem como as mudanças socioeconômicas das famílias (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

Fica sob a responsabilidade dos gestores municipais: analisar periodicamente as informações de elegibilidade exigidas pelo programa, através de amostragem estatística, visando adequar os benefícios financeiros á realidade da família, credenciar funcionários de prefeitura e integrantes de controle social municipal ao Sibec, bem como capacitar seus usuários, atender as demandas de informações e esclarecimentos da rede publica de fiscalização, divulgar informações referente aos benefícios do PBF e manter a SENARC informada sobre as irregularidades ou deficiências na prestação de serviços de competência do agente operador ou da rede credenciada, agentes como correspondentes bancários, lotéricos e etc (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

3.2.1 Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M)

Devido às grandes disparidades regionais existentes é possível imaginar que Municípios e Estados possuem diferentes formas e capacidades de atender as necessidades da população. Sendo assim o PBF conta com uma ferramenta que auxilia na realização de um melhor monitoramento da gestão municipal do Programa.

Em 2006 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome criou o IGD-M (Índice de Gestão Descentralizada Municipal), este Indicador tem como objetivo medir o desempenho dos Municípios no Programa Bolsa Família, levando em consideração a qualidade do Cadastro Único (validade e atualização dos dados) e o acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação e garante o repasse mensal de recursos financeiros aos municípios que apresentam bom desempenho (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

É com base no IGD-M que é realizado o repasse de recursos aos Municípios. Estes recursos são repassados diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), tais recursos podem ser destinados em ações ligadas à gestão de condicionalidade, gestão de benefícios, acompanhamento das famílias beneficiárias, cadastramento e atualização dos dados do Cadastro Único, implementação de programas complementares, fiscalização do PBF e do cadastro único e controle social do PBF (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

O IGD-M é um indicador que varia de 0 a 1 é calculado a partir de quatro fatores: operação, adesão ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), informação da apresentação da comprovação dos gastos dos recursos do IGD-M e por ultimo o fator informação da provação total da comprovação de gastos dos recursos do IGD-M pelo Conselho Municipal de Assistência Social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

De acordo com a Portaria nº 148, artigo 2º, os recursos transferidos devem ser utilizados nas seguintes atividades: gestão das condicionalidades, gestão dos benefícios, acompanhamento das famílias beneficiárias, identificação, cadastro, atualização e revisão dos dados do CadÚnico, atendimento das demandas de

fiscalização do PBF e implementação de programas complementares ao Programa (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

3.3 INFLUÊNCIA DOS PROGRAMAS COMPLEMENTARES

Como dito anteriormente o PBF é um programa que não caminha sozinho, ou seja, para que o mesmo possa apresentar efeitos positivos, deve ser acompanhado junto a outros programas que possam promover acesso a serviços básicos de educação, saúde e assistência social. As ações complementares são definidas a partir de análise socioeconômica da região atendida, verifica-se a vulnerabilidade e habilidades das famílias, procurando assim estimular e desenvolver as vocações econômicas e culturais da região.

São exemplos de programas complementares ações de alfabetização, aumento de escolaridade, inserção profissional, formação de microempreendedores, concessão de microcrédito, construção ou reforma de unidade habitacional, produção e acesso à cultura e emissão de documentos de identificação civil. A execução sincronizada entre disponibilidade do benefício e programas complementares proporcionam ao beneficiário um melhor desenvolvimento socioeconômico da região (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

Para que ações tanto do programa quanto dos programas complementares sejam mais efetivas, é preciso conhecer a realidade local e as especificidades da população que será atendida. A oferta dos programas complementares é desenvolvido através de uma articulação com diversos órgãos do governo federal, estaduais e municipais para atender as necessidades das famílias em áreas como conhecimento, acesso ao trabalho e renda e melhorias nas condições habitacionais e também realiza ações que desenvolvam as potencialidades econômicas, culturais e naturais específicas de cada localidade.

No quadro 1, é possível verificar alguns dos programas complementares a nível federal disponibilizados pelo Governo.

Programa	Categoria	Objetivo	Agente Executor
Programa Brasil Alfabetizado	Acesso a conhecimento	Alfabetização	MEC
Próximo Passo	Acesso a trabalho e renda	Qualificação profissional nas áreas da construção civil e turismo	MTE
Programa de Qualificação Profissional Continuada – Acreditar	Acesso a trabalho e renda	Qualificação e inserção profissional em obras da construtora	Construtora Norberto Odebrecht
Prominp	Acesso a trabalho e renda	Reforço escolar para seleção para cursos de qualificação profissional	Governos estaduais e municipais
Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF B)	Acesso a trabalho e renda	Desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar	MDA
Crediamigo e Agroamigo	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado para população rural	BNB
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	Acesso a trabalho e renda	Concessão de crédito orientado e acompanhado	MTE
Territórios da Cidadania	Acesso a cidadania	Promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania	Casa Civil e Ministérios
Assentamentos rurais	Acesso a cidadania	Promover a inscrição de famílias assentadas no Cadastro Único e priorizar inserção no PBF	MDA INCRA

QUADRO 1 – PROGRAMAS COMPLEMENTARES FEDERAIS

FONTE: MDS (2012)

Programas complementares são de suma importância para o desenvolvimento social e econômico das famílias beneficiárias do PBF, uma vez que em muitos casos apenas as transferências de renda não são suficientes para promover acesso à educação, ao mercado de trabalho e à geração de renda.

4. PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS

Neste capítulo serão apresentados os perfis socioeconômicos dos Municípios a serem estudados. Os municípios selecionados para estudo são Cerro Azul, Telêmaco Borba e Tibagi.

O Brasil é um país com grandes disparidades regionais, visíveis não só entre, mas dentro de seus Estados. Municípios com baixos índices de

desenvolvimento e maior concentração de pobreza são os mais dependentes de ações e transferência de recursos do Governo. Sendo assim é de se esperar que os principais impactos econômicos e sociais do PBF se verifiquem nos Municípios mais pobres e menos desenvolvidos.

A escolha dos Municípios foi baseada no fato de estarem localizados em regiões do Estado do Paraná em que apresentam os piores indicadores de desenvolvimento humano. Tal fato possibilita uma melhor identificação dos efeitos que os Programas sociais podem causar, uma vez que em municípios carentes ou com menores condições econômicas e sociais os efeitos são mais visíveis do que em municípios com características diferentes ou que estejam em condições socioeconômicas melhores. Outra consideração que deve ser feita se refere ao fato de que ao utilizar municípios com diferentes características socioeconômicas pode facilitar a identificação dos efeitos do PBF, uma vez que efeitos positivos ou negativos podem vir acompanhados de uma melhora ou piora geral nos indicadores no país como um todo, mascarando assim os possíveis efeitos do Programa.

No caso dos Municípios de Cerro Azul e Tibagi, os mesmos estão entre as cidades que possuem os piores indicadores, o primeiro apresentou um IDH-M de 0,684 e Tibagi 0,686, ocupando a 372ª e 370ª posição respectivamente, num total de 399 municípios existentes no Paraná e possuem características semelhantes como, por exemplo, possuírem a agricultura como principal atividade econômica, já Telêmaco Borba registrou IDH-M de 0,767 e encontra-se na 102ª posição. Possui uma economia mais dinamizada, uma vez que possui a maior indústria de papel e celulose da América Latina, a Klabin, além de contar com um perfil socioeconômico melhor, tanto no que se refere a indicadores quanto à infraestrutura. A tabela 1 apresenta um resumo das principais características socioeconômicas dos municípios e nas próximas seções serão apresentados o detalhe de tais informações.

TABELA 1 – SÍNTESE SOCIOECONOMIA MUNICÍPIOS

	CERRO AZUL	TELÊMACO BORBA	TIBAGI
Localização	Metropolitana de Curitiba	Campos Gerais	Campos Gerais
População (2010)	16.938	69.872	19.344
População Rural (%) (2000)	73	3	44
População Urbana (%) (2000)	27	97	56
POC (2000)	6.484	21.105	6.968
Área ocupação (2010)	66% agricultura	22% industria	50% agricultura
Estabelecimentos (2010)	33% agricultura	47% comércio	44% agricultura
PIB per capita (2009)	9.772	17.765	16.708
IDH-M (2000)	0,684	0,767	0,686

ELABORAÇÃO PRÓPRIA

4.1 CERRO AZUL

O Município de Cerro Azul faz parte da região Metropolitana de Curitiba, e tem 24 anos de existência. A cidade é conhecida como “Terra da Laranja”, devido à larga escala de produção desta fruta.

Em 2010 a população era de 16.938. O Município possuía em 2010 6.741 domicílios, dos quais 73% são rurais e 27% urbanos (IPARDES, 2012).

No âmbito econômico, a cidade possuía no ano 2000 uma população economicamente ativa de 6.951 pessoas, e o número de pessoas ocupadas era 6.484 das quais 4.326 (66%) tinham como principal ocupação o setor primário. Dos 209 estabelecimentos 33% estavam ligados a agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e de pesca. O PIB per capita a preços correntes em 2009 era de R\$ 9.772 (IPARDES, 2012).

No aspecto Social, o Índice de Gini em 2000 foi (0,620), o que significa que o Município não apresenta uma alta desigualdade, porém não é um dos que possui uma renda melhor distribuída. O IDH-M registrado no ano 2000 foi 0,684, um índice considerado mediano. O melhor índice foi o de I-Longevidade (0,753), seguido por educação (0,721) e por último renda (0,577). A esperança de vida ao nascer é 70,17 anos (IPARDES, 2012).

4.2 TELÊMAGO BORBA

O Município de Telêmaco Borba está localizado na região dos Campos Gerais do estado do Paraná. A cidade sede, Telêmaco Borba, é rodeada por eucaliptos, contém o sexto maior polo industrial do Paraná e é referência no setor madeireiro, o que deu à cidade a fama de “Capital Nacional do Papel”.

Em 2010 a população de Telêmaco Borba era de 69.872, residindo em 23.233 domicílios, sendo 22.654 (97%) urbanos e 579 (3%) rurais (IPARDES, 2012).

No âmbito econômico, a cidade possuía uma PEA de 25.176 de pessoas em 2000 e a população ocupada era de 21.105. A indústria de transformação ocupa 22% destas, seguida por comércio com 17% e pela construção com 10% (IBGE, 2000). Em 2010 contava com 1.418 estabelecimentos econômicos, desses 47% eram comércio varejista e os demais estavam centralizados em serviço de alojamento, alimentação, radiodifusão e televisão, transporte e comunicação e indústria madeireira (MTE – RAIS, 2000). O PIB em 2009 foi de R\$ 17.765 per capita a preços correntes (IPARDES, 2012).

No que se refere ao aspecto social do município, o Índice de Gini no ano 2000 era de 0,580, índice considerado mediano. O IDH-M era de 0,767, sendo 0,726 no índice de longevidade, 0,865 no de educação e 0,711 no de renda. Verifica-se que o IDH-M é impulsionado pelo indicador de educação (IPARDES, 2012).

4.3 TIBAGI

O Município de Tibagi está localizado no interior do Paraná, faz parte da microrregião de Telêmaco Borba. A atividade inicial da Cidade foi a extração de diamante e ouro (IPARDES, 2012).

Possui 19.344 habitantes e 7.120 domicílios, sendo 3.985 (56%) urbanos e 3.135 (44%) rurais (IPARDES, 2012).

A PEA do município foi de 7.827 e a POC 6.968, no qual 50% estavam empregadas na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca. O

município possui 483 estabelecimentos econômicos, concentrado principalmente na atividade da agricultura com 44%. Seu PIB per capita a preços correntes é R\$ 16.708. (IPARDES, 2012).

O Índice de Gini é 0,590, considerado um índice mediano, o que significa que a renda não é perfeitamente distribuída e também não apresenta desigualdade máxima (IBGE, 2000). O IDH-M era de 0,686, sendo 0,668 no índice de longevidade, 0,774 no de educação e 0,615 no de renda. Verifica-se que o IDH-M é impulsionado pelo indicador de educação (IPARDES, 2012).

O Município tem como sua principal atividade a agricultura além de uma considerável atividade turística, existente a partir do Rio Tibagi e suas belas paisagens naturais, não contando com indústrias significativas.

5. ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS MUNICÍPIOS

O Programa Bolsa Família tem contribuído com seu principal objetivo que é garantir a segurança alimentar e dar condições mínimas para que a população, em situação de extrema pobreza, possa sobreviver de forma mais digna e exercer suas atividades cotidianas. Uma das dificuldades que o programa encontra, porém, é a disparidade regional existente no Brasil, que faz com que o Programa tenha que ser mais focado, visando suprir as carências de cada município.

5.1 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS MUNICÍPIOS

O Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é a principal ferramenta utilizada pelo Governo para identificar e caracterizar as famílias de baixa renda - aquelas que possuem renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

No CadÚnico podem ser encontradas informações referentes a programas sociais, bem como à situação socioeconômica das famílias inseridas nos mesmos.

No ano de 2006 em todos os Municípios analisados, a estimativa de famílias pobres - perfil do bolsa família na PNAD 2006, é menor que o número de famílias de baixa renda – perfil CadÚnico na PNAD 2006, já que o primeiro considera a renda per capita de R\$ 140,00 e o segundo considera a renda FAMILIAR per capita de até meio salário mínimo (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

No Município de Cerro Azul havia em novembro de 2011, 2.889 famílias no CadÚnico, no qual 2.818 contavam com uma renda per capita mensal de até meio salário mínimo e 2.377 com renda per capita mensal até R\$ 140,00. Telêmaco Borba possuía 8.063 famílias cadastradas, 6.722 possuíam renda per capita mensal de até meio salário mínimo e 4.415 com renda per capita mensal de até R\$ 140,00. E em Tibagi havia 2.331 famílias cadastradas, das quais 2.306 possuíam renda per capita de até meio salário mínimo, e dentre elas 2.042 possuíam renda per capita mensal de até R\$ 140,00 (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

O gráfico 1 mostra a evolução do número de benefícios e o gráfico 2 o valor dos benefícios registrados no período de 2004 à 2010.

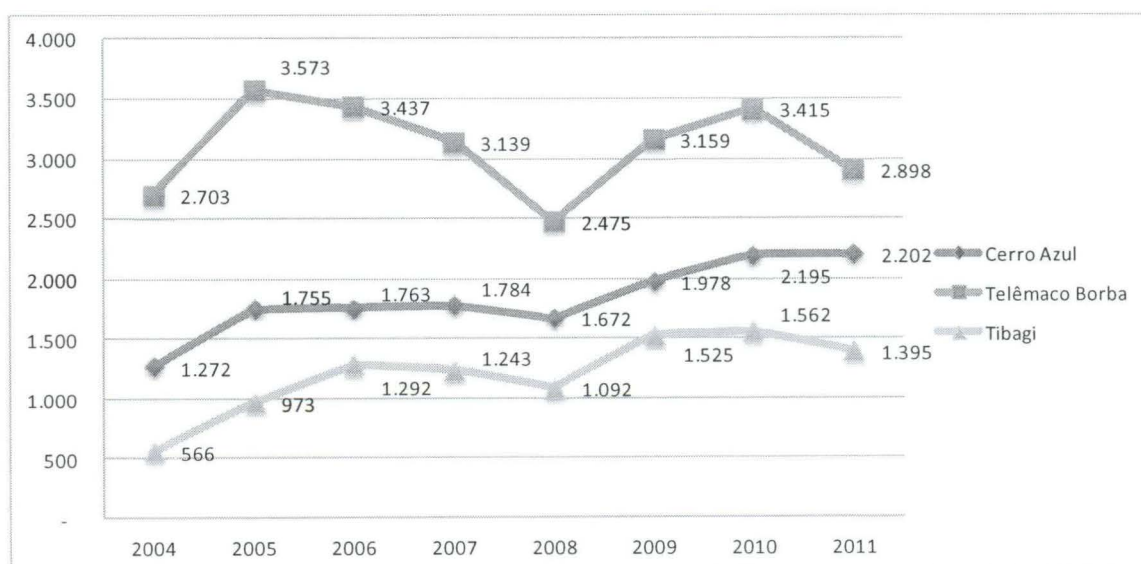


GRÁFICO 1 – NÚMERO DE BENEFÍCIOS – 2004 A 2011

FONTE: IPEADATA (2012) - ELABORAÇÃO PRÓPRIA

O Município de Cerro Azul apresentou aumento no número de benefícios, exceto para o ano de 2008 que houve uma redução no mesmo, passou de 1.784 em 2007 para 1.672 em 2008. De 2004, ano de início do Programa até 2010 o aumento foi de 1.272 benefícios para 2.195, aumento de 73%, é provável que o número de famílias com perfil compatível com o Programa tenha aumentado ou então, famílias que antes por algum motivo não tinham acesso ao benefício passaram a ter.

Em Telêmaco Borba o maior número registrado foi em 2005 quando alcançou 3.573 benefícios concedidos, ao analisar o ano de 2004 e 2010, a variação é de 26%, já que em 2004 haviam 2.703 benefícios e em 2010 marcou 2.898 (IPEADATA, 2012). No ano de 2008 a cidade passou por denúncias de fraudes no PBF, o que resultou em auditoria e consequentes cancelamentos de alguns benefícios. Como o procedimento do programa não cancelar de imediato o benefício mas suspendê-los, o baixo número naquele ano pode ser consequência desse ocorrido (GAZETA DO POVO, 2012).

Em Tibagi, o maior registro do NÚMERO de benefícios foi em 2010, 1.562 e o menor em 2004, 566. No decorrer do período houve oscilações, a variação total entre 2004 e 2010 foi de 176% (IPEADATA, 2012).

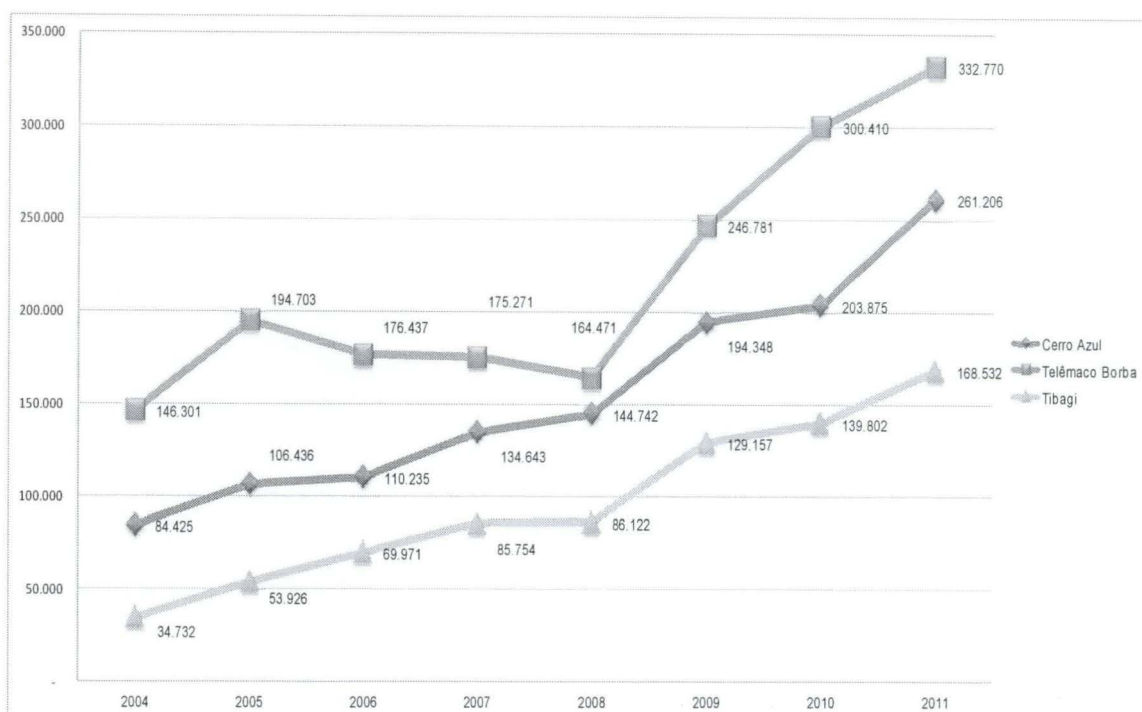


GRÁFICO 2 – VALOR DOS BENEFÍCIOS – 2004 A 2011
 FONTE: IPEADATA (2012) - ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Os valores dos benefícios seguem a tendência de aumento ou redução do número de benefícios concedidos, variando também conforme se altera os tipos de benefícios a cada ano, o gráfico 2 mostra os valores dos benefícios para os três municípios.

Os maiores valores registrados foram no ano de 2010, em Cerro Azul foi R\$ 203.875, Telêmaco Borba R\$ 300.410 e Tibagi R\$ 139.802. Em 2008, ano em que se iniciou uma crise econômica mundial², o aumento no valor dos benefícios foi elevado. Os Municípios que apresentaram maior variação no período de 2008 para 2009 foram Telêmaco Borba e Tibagi que registraram um aumento de aproximadamente 50% e Cerro Azul aumento 34%. Esse aumento verifica-se pelo fato de que com cenário de crise como a de 2008, aumenta o desemprego, reduzindo assim a renda da população, o que leva muitas famílias a estarem dentro do perfil de beneficiários do Programa. Cerro Azul é a cidade que concentra a maior parte dos empregos na agricultura, 66% da população esta empregada no setor primário, visto que a crise afetou mais o setor industrial e serviços, via queda no consumo, o impacto visto no campo ou na agricultura foi menor e conseqüentemente

² A crise Econômica de 2008/2009 influenciou diretamente no número de benefícios e valores do PBF.

menor o impacto também na variação dos benefícios, já Telêmaco Borba e Tibagi tiveram um impacto maior com a crise o que refletiu no aumento dos benefícios (IPEADATA, 2012).

Como já mencionado anteriormente é através do IGD-M que ocorre o repasse de recursos aos Municípios, recursos estes que devem ser utilizados para implantação de programas complementares, atualização dos cadastros e acompanhamento das famílias beneficiadas. O valor a ser transferido varia conforme o valor do índice, sendo assim é de total interesse do município que este índice seja o mais próximo de 1, pois quanto maior o índice maior será o valor transferido.

Para os municípios analisados pode-se considerar o IGD-M como indicadores medianos, uma vez que o maior IGD-M registrado ocorreu no ano de 2006 nos municípios de Cerro Azul e Tibagi quando registrou 0,86 e o menor no mesmo ano na cidade de Telêmaco Borba com 0,71. O Município de Telêmaco Borba que é considerado entre os três o que possui melhores condições socioeconômicas é o que apresenta os menores índices, sendo menor que os demais municípios em todo o período observado e Tibagi o município que possui os melhores indicadores (MATRIZ DE INFORMAÇÃO SOCIAL, 2012).

TABELA 2 – ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA MUNICIPAL IGD-M – 2006 A 2009

MUNICÍPIO	2006	2007	2008	2009
Cerro Azul	0,86	0,75	0,79	0,80
Telêmaco Borba	0,71	0,75	0,74	0,78
Tibagi	0,86	0,79	0,82	0,80

FONTE: MATRIZ DE INFORMAÇÃO SOCIAL (2012) - ELABORAÇÃO PRÓPRIA

O IGD-M é considerado uma ferramenta importante não somente pelo fato de servir como elemento base para a transferência de recursos mas também por ser utilizado como ferramenta de avaliação do programa nos municípios, através dele é possível para o gestor municipal identificar onde estão as principais necessidades, melhoramentos e verificar em que áreas o programa está dando certo e tendo efeitos positivos.

5.2 EDUCAÇÃO

Acredita-se que a Educação seja um forte componente para o rompimento do ciclo de reprodução da pobreza entre as gerações. No caso de regiões com baixo índices de desenvolvimento como os Municípios analisados, acesso a serviços públicos básicos como a educação é de suma importância, uma vez que além de proporcionar maiores rendas à população também promove seu desenvolvimento intelectual, e, através desta, sua maior inserção na sociedade. “[...] a deficiência na formação educacional impede, por sua vez, um incremento na renda das novas gerações. Desta forma, cria-se um ciclo vicioso, no qual a pobreza de ontem determina a pobreza de hoje” (AMARAL, 1998, p.6).

5.2.1 Infraestrutura da educação nos municípios

No Município de Cerro Azul, contava em 2011 com 48 estabelecimentos de ensino, nos quais 2 eram creches, 1 pré-escola, 42 ensino fundamental e 2 de ensino médio, 1 para educação de jovens e adultos e 1 para educação especial. Telêmaco Borba, em 2011 possuía 131 instituições, compondo-se de 18 creches, 33 pré-escola, 45 de ensino fundamental, 13 de ensino médio, 5 escolas de ensino profissionalizante, 13 para educação de jovens e adultos e 4 educação especial. Já em Tibagi, em 2011 contava com 29 instituições, 4 creches, 7 pré-escolas, 10 ensino fundamental, 4 ensino médio, 1 para ensino profissionalizante, 2 para educação de jovens e adultos e 1 para educação especial (IPARDES, 2012).

Apesar de ter havido uma queda na quantidade de instituições nos municípios de Cerro Azul e Tibagi, percebe-se que no período de 2000 a 2009, houve uma distribuição das modalidades de ensino, o que pode refletir num melhor atendimento e qualidade de ensino para os alunos, já que o ensino pode ser focado na idade e situação educacional de cada criança/adolescente. Outro ponto a ser observado é que apenas o Município de Telêmaco Borba passou a oferecer à sua

população o ensino técnico, modalidade para o desenvolvimento profissional da população (IPARDES, 2012).

5.2.2 Análise dos Indicadores na Educação

Muitos são os dados que podem ser utilizados para averiguação da evolução da educação numa determinada localidade. Pode-se avaliar a composição da infraestrutura, como nº de escolas e docentes, ou, indicadores referente a taxa de frequência, taxa de distorção idade-série, índice de aprovação e reprovação, número de matrículas. Outros indicadores importantes são os indicadores de desenvolvimento municipal, compostos por índices individuais de educação, saúde e renda, ou seja, quanto melhores forem esses três índices, melhor será o índice de desenvolvimento.

O IFD-M ou Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, acompanha três áreas de desenvolvimento: educação, saúde e emprego & renda. Este índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1, melhor o índice. O cálculo do IFD-M Educação considera as seguintes variáveis: taxa de matrícula na educação infantil, taxa de abandono, taxa de distorção idade-série, percentual de docentes com ensino superior, média de horas-aula diárias e o resultado do IDEB (SISTEMA FIRJAN, 2012).

TABELA 3 – IFD-M EDUCAÇÃO – 2000 A 2009

MUNICÍPIO	2000	2005	2006	2007	2008	2009
Cerro Azul	0,4497	0,4854	0,5452	0,6491	0,5481	0,5602
Telêmaco Borba	0,6772	0,7120	0,7284	0,7737	0,7618	0,7851
Tibagi	0,5373	0,6387	0,6345	0,6378	0,6674	0,6877

FONTE: SISTEMA FIRJAN (2012) - ELABORAÇÃO PRÓPRIA

O Índice apresenta oscilações para todos os Municípios não mantendo um aumento ou queda simétrica. Para Cerro Azul, há um aumento nos índices de 2000 a 2007, porém em 2008 há uma queda, de 0,6491 para 0,5481, voltando a aumentar em 2009, chegando a 0,5602. Assim como em Cerro Azul, em Telêmaco Borba

verifica-se a mesma queda no ano de 2008, voltando a aumentar em 2009. E no Município de Tibagi há um aumento de 2000 a 2005, reduz em 2006 e torna a aumentar a partir de 2007.

Percebe-se que todos os municípios possuem variação positiva em seu índice do ano 2000 a 2009, apresentando queda no ano de 2008 para Cerro Azul e Telêmaco Borba e em Tibagi queda em 2006. Tibagi foi o município que apresentou a melhor variação no período, aumento 27%, seguido por Cerro Azul e Telêmaco Borba. Cerro Azul apresenta a pior situação, com desenvolvimento regular.

Se analisarmos o ano 2000, ano que antecede a implantação no Programa Bolsa Família e 2005, ano em que o PBF já estava em funcionamento há 2 anos, houve uma melhora considerável. O melhor resultado ocorreu em Tibagi, que aumentou de 0,5373 para 0,6387.

Em seguida será mostrada a evolução de alguns indicadores que compõem o IFD-M e outros que são considerados importantes para a avaliação da Educação.

As tabelas 4 e 5 mostram o número de matrículas nos municípios no ensino fundamental e médio. Como o número de matrículas é afetado por outros fatores como a evasão escolar, número de crianças, adolescentes e jovens em idade escolar, não há como afirmar que o número de matrículas aumentou ou reduziu após a implantação do PBF, porém para as matrículas no ensino fundamental é evidente que do ano de 2000 a 2003, período que antecede a implantação do PBF, o número de matrículas era menor do que o período de 2004 à 2009, pós implantação do Programa. Em todos os Municípios, nos anos de 2007, 2008 e 2009 foram os que apresentaram o maior número de matrículas. O mesmo ocorre com o número de matrículas no ensino médio. Vale destacar Telêmaco Borba que em 2000 apresenta 3.206 matrículas enquanto em 2009 3.185, uma queda considerável. Para os demais municípios o comportamento apresentado foi de um maior número de matrículas nos anos pós implantação do PBF.

TABELA 4 – NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL – 2000 A 2009

MUNICÍPIO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Cerro Azul	3.050	3.030	3.121	3.193	3.355	3.247	3.297	3.406	3.588	3.434
Telêmaco Borba	10.661	10.504	10.084	10.359	10.375	10.397	11.059	11.338	11.655	11.607
Tibagi	3.576	3.688	3.769	3.965	3.953	3.878	3.965	4.240	4.328	4.196

FONTE: IPARDES (2012) - ELABORAÇÃO PRÓPRIA

TABELA 5 – NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO – 2000 A 2009

MUNICÍPIO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Cerro Azul	358	351	358	382	437	454	483	525	627	615
Telêmaco Borba	3.206	2.957	2.691	2.880	2.963	2.852	2.924	3.116	3.109	3.185
Tibagi	510	511	511	665	664	774	782	831	841	797

FONTE: IPARDES (2012) - ELABORAÇÃO PRÓPRIA

A taxa de distorção idade-série corresponde à percentagem de crianças/adolescentes/jovens que não estão na série compatível com a idade escolar (MEC, 2012).

A distorção idade-série aumenta à medida que se avança nos níveis de ensino. Os municípios de Cerro Azul e Tibagi apresentam uma evolução positiva em suas taxas, como observado na tabela 6, em Cerro Azul para o ensino fundamental no ano 2000 a taxa era de 25,3% reduzindo-se para 20,9% e no ensino médio de 40,6% para 26,7% uma redução ainda maior do que a observada no ensino fundamental. O município de Tibagi em 2000 possuía uma taxa de distorção idade-séria de 23,7% para o ensino fundamental reduzindo para 21,5% em 2009, já para o ensino médio a taxa era de 35,7% em 2000 e passou a ser de 30,7% em 2009. Já Telêmaco Borba possui evolução positiva para a taxa no ensino fundamental, porém registrou um aumento do ano 2000 para 2009 no ensino médio, em 2000 a taxa era de 15,3% no ensino fundamental, passando para 13,4 em 2009, no ensino médio a taxa era 27,0% em 2000 aumentando para 31,3% em 2009 (IPARDES, 2012).

TABELA 6 – TAXA DE DISTORÇÃO IDADE SÉRIE – 2006 A 2009

MUNICÍPIO	2006		2007		2008		2009	
	Ensino Fund.	Ensino Méd.	Ensino Fund.	Ensino Méd.	Ensino Fund.	Ensino Méd.	Ensino Fund.	Ensino Méd.
Cerro Azul	25,3	40,6	24,3	38,5	22,4	35,7	20,9	26,7
Telêmaco Borba	15,3	27,0	14,1	27,2	14,4	31,1	13,4	31,3
Tibagi	23,7	35,7	21,8	32,0	22,0	33,1	21,5	30,7

FONTE: IPARDES (2012) - ELABORAÇÃO PRÓPRIA

A redução na taxa de distorção idade-série é de suma importância para a melhoria na educação, pois estudantes em idade compatível com a série devem se desenvolver melhor e tem maiores possibilidades de aprendizado tendo um conteúdo compatível com sua capacidade intelectual, além de que ao concluir as etapas de ensino no tempo correto o estudante poderá se dedicar a outras

atividades bem como ingressar no ensino superior ou ensino técnico e também ter maiores condições de entrar no mercado de trabalho.

O PBF não exige a aprovação do aluno na escola, exige apenas a frequência escolar de 85%. A exigência de matrícula já faz com que aqueles jovens que por algum motivo pararam de frequentar a escola voltem a elas. Isso obviamente não significa que tais jovens terão bom aproveitamento. Porém, este estudante só terá o direito de receber o benefício até os 17 anos de idade. Este critério faz parte do benefício variável que possui o intuito de manter adolescentes na faixa etária de 15 aos 17 anos estudando, o que de certa maneira limita aqueles que desejariam não serem aprovados para continuar recebendo o benefício.

A taxa de abandono ou taxa de evasão caracteriza-se pela percentagem de alunos que iniciam o ano letivo e no meio do calendário escolar abandonam as salas de aulas. Para análise será utilizada a taxa de abandono no ensino fundamental e ensino médio no período de 2006 a 2009 (MEC, 2012).

O Município de Cerro Azul apresentou melhora neste indicador para ambas as modalidades escolares. Reduziu de 9,6% em 2006 para 5,0% em 2009 no ensino fundamental e de 17,6% em 2006 para 9,0% em 2009 na modalidade de ensino médio.

Em Telêmaco Borba a taxa de abandono no ensino fundamental reduziu de 2,5% registrado em 2006 para 1,7% em 2009, a menor taxa registrada no período de 2006 a 2009, o mesmo ocorre com a taxa no ensino médio, que passou de 12,9% em 2006 para 5,7% em 2009.

A taxa de abandono no ensino fundamental em Tibagi, contava com 4,8% em 2006 e em 2009 registrou 1,3%, porém este não foi o melhor valor no período, pois em 2007 o município registrou uma taxa de 0,6%, a menor de todo o período, o mesmo ocorre no ensino médio, em 2006 a taxa era de 12,7%, em 2007 foi de 4,2% a menor do período e registrou em 2009 uma taxa de 6,4%.

TABELA 7 – TAXA DE ABANDONO – 2006 A 2009

MUNICÍPIO	2006		2007		2008		2009	
	Ensino Fund.	Ensino Méd.	Ensino Fund.	Ensino Méd.	Ensino Fund.	Ensino Méd.	Ensino Fund.	Ensino Méd.
Cerro Azul	9,6	17,6	5,4	9,3	6,0	12,8	5,0	9,0
Telêmaco Borba	2,5	12,9	2,2	8,8	3,0	11,8	1,7	5,7
Tibagi	4,8	12,7	0,6	4,2	2,0	13,5	1,3	6,4

FONTE: IPARDES (2012) - ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Como condição para se obter o benefício do PBF, todas as crianças e adolescentes em idade escolar devem estar regularmente matriculados, caso isso não ocorra ou em outros casos o estudante abandone os estudos, o benefício pode ser suspenso e em casos extremos cancelado devido ao descumprimento da condicionalidade. Essa obrigatoriedade faz com que esses estudantes que são dependentes do PBF permaneçam nas salas de aula, reduzindo assim a taxa de abandono.

O incentivo à educação para crianças pobres, principalmente em regiões com baixo desenvolvimento como os Municípios analisados é de fundamental importância, pois converte-se em um grande diferencial no capital social e humano adquiridos através da abolição de qualquer forma de analfabetismo. É perceptível que o PBF contribui de maneira positiva na área da Educação.

5.3 SAÚDE

A saúde é algo fundamental para o bem estar do indivíduo, quando de qualidade, traz benefícios a população como por exemplo garantir condições de exercer atividades fundamentais, seja ela relacionada à emprego ou até em atividades do dia-a-dia, garantir saúde de qualidade é uma obrigação do Estado, uma vez que é um bem indispensável ao indivíduo.

5.3.1 Saúde e o Programa Bolsa Família

Uma das condicionalidades do PBF está presente na área da saúde, no qual as famílias devem acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos, mulheres entre 14 e 44 anos devem realizar este acompanhamento e também devem as gestantes realizar o pré natal e o acompanhamento de sua saúde e do bebê (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

No primeiro semestre de 2011 o Município de Cerro Azul possuía 1.950 famílias com perfil saúde a serem acompanhadas pelo município, dessas 1.907 eram acompanhadas totalmente, apresentando uma cobertura de 97,8%. Porém há 43 famílias que não foram localizadas e sendo assim não são acompanhadas pelo município. Das famílias acompanhadas todas foram visitadas. A cidade possui 997 crianças que estão no perfil saúde e dessas 961 são acompanhadas, um percentual de cobertura de 96,4%, desse total, 960 crianças estão com a vacinação em dia e apenas 36 crianças não são acompanhadas. O município possuía 25 gestantes, das quais 23 estavam em dia com o pré-natal (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

O IGD-M, no quesito saúde registrou um índice de 0,89 em julho de 2010. Em geral, Cerro Azul apresenta bons resultados com relação a condicionalidade da saúde, uma vez que tem apresentado em sua maioria resultados positivos, principalmente a que refere-se ao acompanhamento das famílias dentro desta condicionalidade (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

O Município de Telêmaco Borba possuía no segundo semestre de 2011 2.833 famílias com perfil saúde a serem acompanhadas pelo município, dessas 2.299 eram acompanhadas totalmente e 23 famílias acompanhadas parcialmente, apresentando uma cobertura de 81,1%. Porém existem 335 famílias que não foram localizadas e sendo assim não são acompanhadas pelo município e 17 famílias localizadas, mas que não são acompanhadas, 159 não visitadas e não acompanhadas, totalizando 534 famílias. A cidade possuía 2.215 crianças que estão no perfil saúde e dessas 1.776 são acompanhadas, um percentual de cobertura de 80,2%, 36 crianças com perfil saúde foram localizadas, porém não são

acompanhadas pelo município, 270 não foram localizadas e 133 não foram visitadas, conseqüentemente não foram acompanhadas, o total de crianças não acompanhadas é 439. Do total de crianças acompanhadas 1.756 crianças estão com a vacinação em dia. No momento da pesquisa o município possuía 92 gestantes, das quais 91 estavam em dia com o pré-natal (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

O IGD-M, no quesito saúde registrou um índice de 0,84 em julho de 2010. Telêmaco Borba apresenta resultados bons com relação a condicionalidade da saúde, porém o município ainda carece de um maior acompanhamento na área, pois percebe-se que não é feito o devido acompanhamento (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

A cidade de Tibagi possuía no segundo semestre de 2011, 1.330 famílias com perfil saúde a serem acompanhadas pelo município, dessas, 1.013 eram acompanhadas totalmente e 1 família acompanhada parcialmente, apresentando uma cobertura de 76,2%. Das famílias sem acompanhamento, 2 são localizadas, 39 não localizadas, 275 não visitadas, totalizando 317 famílias. A cidade possuía 906 crianças que estavam no perfil saúde e dessas, 707 são acompanhadas, um percentual de cobertura de 78,0%, 3 crianças com perfil saúde foram localizadas mas não são acompanhadas pelo município, 29 não são localizadas e 167 não são visitadas, conseqüentemente não são acompanhadas, o total de crianças não acompanhadas é 199. Do total de crianças acompanhadas 702 crianças estão com a vacinação em dia. No momento da pesquisa o município possuía 16 gestantes, das quais 16 estavam em dia com o pré-natal, ou seja, uma cobertura de 100% (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

O IGD-M, no quesito saúde registrou um índice de 0,75 em julho de 2010. Tibagi apresenta dificuldades com relação a condicionalidade da saúde, uma vez que consegue acompanhar um pouco mais da metade das famílias que estão inclusos no perfil da saúde. Porém no que se refere ao quesito cobertura de vacinação das crianças, o município atinge quase 100% de cobertura, fato similar ocorre com o acompanhamento das gestantes que atinge 100%, ou seja, das crianças e gestantes acompanhadas, ambos estão respeitando as condicionalidades. O que falta ao município é alcançar uma maior cobertura de acompanhamento, indo até aquelas famílias que hoje por algum motivo deixam de

ser acompanhadas (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012).

5.3.2 Análise dos indicadores da saúde

O índice que será utilizado para análise da saúde é o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal Saúde (IFD-M S), que contempla a cobertura vacinal e números de pré-natal. O índice varia de 0 a 1, no qual 0 a 0,4 considerado baixo desenvolvimento, 0,4 a 0,6 desenvolvimento regular, 0,6 a 0,8 desenvolvimento moderado e de 0,8 a 1 alto desenvolvimento.

O cálculo do IFD-M Saúde considera as seguintes variáveis: número de consultas de pré-natal, óbitos por causas mal definidas e óbitos infantis por causas evitáveis. Tais variáveis são imprescindíveis para uma saúde básica e para o desenvolvimento de cada indivíduo. A tabela 8 mostra a evolução do IFD-M Saúde nos Municípios analisados.

Percebe-se que em todos os municípios o índice apresenta evolução satisfatória, em 2009 todos estão entre moderado e alto estágio de desenvolvimento. A cidade de Telêmaco Borba é a que apresenta o maior índice, (0,8593) registrado no ano de 2009, o menor índice foi registrado no ano 2000 no município de Cerro Azul (0,6379). Desde a implantação do PBF o índice vem apresentado evolução positiva. Telêmaco Borba é o que apresenta os piores indicadores no período analisado se comparado aos outros. Em Cerro Azul o melhor índice registrado foi em 2009 com 0,7797, enquanto Telêmaco Borba e Tibagi registraram 0,8593 e 0,8358 respectivamente.

TABELA 8 – IFD-M SAÚDE – 2000 A 2009

MUNICÍPIO	2000	2005	2006	2007	2008	2009
Cerro Azul	0,6379	0,6889	0,7086	0,7275	0,7641	0,7797
Telêmaco Borba	0,6850	0,7660	0,7900	0,8424	0,8598	0,8593
Tibagi	0,6477	0,7316	0,7467	0,7818	0,8288	0,8358

FONTE: SISTEMA FIRJAN (2012) - ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Tibagi foi o Município que apresentou melhor evolução do índice no período do ano 2000 a 2009, um aumento de 29%, tal cidade inicia o período com índice um pouco maior que Cerro Azul, no término do período chega bem a frente do outro município. Telêmaco Borba também apresentou uma evolução satisfatória 25%, já Cerro Azul melhorou apenas 22%.

As cidades de Telêmaco Borba e Tibagi possuem uma melhor infraestrutura, o que nos leva a identificar que quanto melhor estruturada estiver à rede de atenção básica à saúde, menor for a dispersão da população no território e melhor nível de desenvolvimento socioeconômico, melhor será o IFD-M (SISTEMA FIRJAN, 2012).

Outro indicador importante para análise da saúde é a cobertura vacinal. A cobertura vacinal é expressa pela relação entre o número de doses aplicadas para uma determinada vacina e o número registrado ou estimado de menores de 1 ano de idade existentes na área de abrangência do Programa, podendo ser um município ou estado. A vacinação de rotina refere-se ao estabelecimento de um calendário nacional de vacinações que deve ser aplicado a cada indivíduo desde seu primeiro dia de vida, visando garantir no âmbito individual a prevenção específica de doenças imunopreveníveis e no âmbito coletivo, a indução da imunidade de massa. Para que o primeiro efeito se verifique é preciso que a criança esteja imune e que ela tenha condições de saúde para desenvolver a imunidade induzida e já para que o segundo efeito se verifique é necessário que a cobertura vacinal seja homogênea e alta, ou seja, que pelo menos 95% ou mais desenvolvam imunidade (DE MORAES, 2003).

Na tabela 9 é mostrada a cobertura vacinal, no âmbito das seguintes vacinas: BCG (formas graves de tuberculose), hepatite B, poliomielite (VOP) (paralisia infantil), tetravalente (DTP+Hib) (difteria, tétano e coqueluche + haemophilus influenzae), tríplice viral (SCR) (sarampo, caxumba e rubéola) e sarampo³.

A cidade de Cerro Azul apresenta bons indicadores na cobertura vacinal, o melhor indicador verifica-se no ano de 2000 com a vacina contra sarampo, 173,33% e o pior foi registrado no ano 2000 na vacina contra tríplice viral, 80,58%. Em todos os anos e todas as vacinas apresentam indicadores acima de 80% de cobertura.

Em Telêmaco Borba o melhor indicador foi verificado no ano 2000 na vacina

³ A partir de 2003 a vacina contra sarampo foi substituída pela tríplice viral (SCR – sarampo, caxumba e rubéola) (DE MORAES, 2003).

BCG onde registrou 119,97% de cobertura e o pior na vacina tetravalente 78,53%, no ano 2002.

Em Tibagi o melhor índice foi no ano 2001 na tríplice viral com 119,36% e o pior foi 51,34% em 2002 com a tetravalente.

Dentre as cidades analisadas e ao contrário do que se verifica no IFD-M, o município de Cerro Azul é o que apresenta os melhores indicadores, ficando Telêmaco em segundo e Tibagi em última posição. Isso pode ser resultado do que foi indicado na nota 3, onde existe a invasão de demanda e no qual há uma distorção entre a idade e intervalo de vacinação, o que implica no fato de que a taxa de cobertura vacinal pode conter distorções no que se refere por exemplo ao fato de um demandante do município realizar a vacinação em outro ou vice e versa, o que aumenta ou diminuiu a taxa de cobertura.

TABELA 9 – COBERTURA VACINAL⁴ - 2000 A 2009

MUNICÍPIO	VARIÁVEL	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Cerro Azul	Cobertura Vacinal - BCG (%)	156,81	133,22	119,48	91,1	109,69	124,12	105,05	118,85	105,43	112,02
Cerro Azul	Cobertura Vacinal - Hepatite B (%)	124,06	124,67	119,19	152,03	115,22	118,33	106,06	122,69	98,45	109,69
Cerro Azul	Cobertura Vacinal - Contra Poliomelite (VOP) (%)	122,32	130,59	121,22	157,43	113,49	120,58	115,82	118,08	86,82	110,08
Cerro Azul	Cobertura Vacinal - Tetravalente (%)	-	-	84,3	157,43	121,8	120,58	116,5	120,38	100,78	110,08
Cerro Azul	Cobertura Vacinal - Tríplice Viral (%)	80,58	121,45	105,59	139,53	123,31	112,46	111,25	106,06	114,62	97,67
Cerro Azul	Cobertura Vacinal - Sarampo (%)	173,33	128,95	109,3	-	-	-	-	-	-	-
Telêmaco Borba	Cobertura Vacinal - BCG (%)	119,97	116,24	99,56	79,38	102,21	97,49	100,76	102,52	96,33	91,61
Telêmaco Borba	Cobertura Vacinal - Hepatite B (%)	89,98	81,97	97,52	98,79	98,85	88,41	84,35	97,64	96,25	90,02
Telêmaco Borba	Cobertura Vacinal - Contra Poliomelite (VOP) (%)	83,04	82,28	98,05	105,21	105,74	91,41	88,92	96,67	93,77	88,1
Telêmaco Borba	Cobertura Vacinal - Tetravalente (%)	-	-	78,53	105,49	105,74	92,95	89,34	97,48	94,73	89,22
Telêmaco Borba	Cobertura Vacinal - Tríplice Viral (%)	86,04	87,33	89,9	119,43	97,39	93,47	91,4	98,22	92,11	92,09
Telêmaco Borba	Cobertura Vacinal - Sarampo (%)	85,68	86,79	100,71	-	-	-	-	-	-	-
Tibagi	Cobertura Vacinal - BCG (%)	69,08	83,24	109,79	77,35	95,36	107,84	98,82	107,94	95	91,02
Tibagi	Cobertura Vacinal - Hepatite B (%)	101,16	95,95	112,46	104,57	89,62	103,64	103,54	105,71	105,63	86,38
Tibagi	Cobertura Vacinal - Contra Poliomelite (VOP) (%)	99,13	104,62	110,39	101,83	89,89	98,04	112,68	109,84	106,25	91,33
Tibagi	Cobertura Vacinal - Tetravalente (%)	-	-	51,34	101,83	89,89	98,32	112,68	109,84	106,25	91,33
Tibagi	Cobertura Vacinal - Tríplice Viral (%)	100,87	119,36	113,01	104,15	107,62	89,62	105,88	110,62	109,52	95,36
Tibagi	Cobertura Vacinal - Sarampo (%)	115,9	109,83	115,43	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: IPARDES (2012) - ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Para se obter uma cobertura vacinal real é preciso ter uma série de aspectos juntos, como por exemplo, o fato de o cálculo estar baseado no número de crianças que receberam o esquema completo. As doses aplicadas devem estar corretas em relação à idade e aos intervalos, a adesão ao programa deve ter ocorrido sem interrupção entre a primeira e as demais doses ou entre as diferentes vacinas, a

⁴ Cobertura vacinal – diversas circunstâncias provocam a ocorrência de índices superiores a 100%. As mais frequentes relacionam-se a: aplicação de vacinas a crianças que demandam o município mas que residem fora dele (invasão de demanda); imunização de crianças maiores de 1 ano; problemas associados ao dado “número de nascidos vivos” que integra a fórmula de cálculo do indicador; ocorrência de casos de dupla vacinação de crianças.

adesão deve ser calculada com base nos diferentes estratos populacionais já que as condições de vida parecem influenciar a cobertura. As informações para averiguação da adesão devem ser obtidas mediante análise das cópias das cadernetas de vacinação existentes nos serviços de saúde, ou por meio de inquéritos domiciliares (DE MORAES, 2003).

O número de exames pré natal realizados pelas gestantes é considerado fator indispensável para o desenvolvimento da criança e para a saúde da mãe, uma vez que a partir de exames médicos é possível identificar e reduzir muitos problemas de saúde que costumam atingir a mãe e seu bebê. Doenças, infecções ou disfunções podem ser detectadas precocemente e tratadas de forma rápida.

A proporção de crianças nascidas por número de consultas pré natal nos municípios analisados apresentaram baixas taxas em 2006. O Município que apresentou melhor taxa foi Telêmaco Borba com 67,60% das crianças nascidas, seguido por Cerro Azul com 62,63% e Tibagi com 54,87%. Conforme apresentado na seção 7.1 em 2011 Tibagi apresentou 100% de cobertura no que se refere a pré-natal, os demais municípios contavam com quase 100% de atendimento as gestantes, o que revela uma melhora com relação a este tipo de atenção as gestantes.

TABELA 10 – PROPORÇÃO DE CRIANÇAS NASCIDAS POR NÚMERO DE CONSULTAS PRÉ NATAL (%) - 2006

MUNICÍPIO	2006
Cerro Azul	62,63
Telêmaco Borba	67,60
Tibagi	54,87

FONTE: IPARDES (2012) - ELABORAÇÃO PRÓPRIA

5.4 EMPREGO & RENDA E O PBF

O Programa Bolsa Família tem como uma das metas a inserção dos beneficiários no mercado de trabalho e geração e aumento da renda dos mesmos. Isso pode ser proporcionado através dos Programas Complementares que oferecem aos beneficiários acesso à cursos de capacitação e atualização.

Há muitos questionamentos quanto a eficácia do PBF em aumentar o número de empregos e gerar renda aos beneficiários. Isso ocorre porque há quem diga que o recebimento do benefício faz com que o beneficiário tenha uma predisposição em não querer estar empregado ou pelo menos não formalmente e aumentar a sua renda, uma vez que se a família estiver numa situação financeira em que não se enquadre nos critérios de seleção o mesmo deixará de receber o benefício. Esse assunto tem gerado polêmica, já que a intenção do Programa é exatamente a melhoria das condições socioeconômicas dos beneficiários, o que seria identificado principalmente através do aumento no número de empregos e aumento da renda.

Discussões a parte, já que este não é o objetivo da pesquisa, o que deve ser ressaltado é que mesmo com estes debates a cerca do PBF, se por um lado não é possível observar o aumento no número de empregos formais devido ao grande número de empregos informais no país, por outro verifica-se uma melhora na renda da população como um todo, já que o Programa para muitas famílias significa acesso à bens básicos e bens que sem o benefício seria impossível alcançar, ou seja, aumento o consumo dos mesmos, verificando-se melhoras significativas nos setores de comércio e serviços. Esse efeito acaba por afetar a economia como um todo, já que aumento na renda de alguns, mesmo que seja uma pequena variação, proporciona geração de emprego, expansão das atividades econômicas e com isso o aumento da renda.

Na próxima seção serão analisados dados referentes a emprego e renda nos Municípios de estudo.

5.4.1 Análise do Emprego e Renda nos municípios

Para averiguação da evolução do emprego e renda será utilizado o IFDM. O IFDM emprego&renda acompanha o mercado formal de trabalho, considera o número de empregos formais (postos de trabalho gerados) e renda (remuneração média mensal do trabalhador). O indicador é composto pelas variáveis geração de

emprego formal, estoque de emprego formal e salários médios do emprego formal (SISTEMA FIRJAN, 2012).

Na tabela 11 é apresentada a evolução do IFD-M do ano 2000 à 2009, sem informação do período de 2001 à 2004. No ano de 2009 o Município que apresenta o melhor indicador foi Telêmaco Borba com (0,5277) ainda sim com indicador considerado regular, observa-se que a cidade apresentou um indicador considerado alto no ano de 2006 quando alcançou 0,8531, desde então o indicador vem registrando redução. Já Cerro Azul e Tibagi apresentam indicadores que são considerados de baixo estágio de desenvolvimento, o primeiro com (0,2835) e o segundo com (0,4187). Sendo que os melhores indicadores registrados em Cerro Azul foram em 2006 com (0,4256) e em Tibagi no ano de 2007 (0,5880).

Considerando que o período coincide com a existência de uma crise mundial, a melhora no índice foi pouca significativa. Telêmaco Borba foi o que apresentou melhor variação 34%, seguido por Tibagi com 11% e Cerro Azul apresentou variação negativa, chegando em 2009 com valor abaixo do registrado no ano 2000, recuo de -21%, ou seja, além de apresentar o menor indicador, apresenta também a pior evolução, salvo suas características econômicas, dada a predominância agrícola na região e o baixo número de empregos formais, o índice pode ser até justificável.

TABELA 11 – IFD-M EMPREGO&RENDA – 2000 A 2009

MUNICÍPIO	2000	2005	2006	2007	2008	2009
Cerro Azul	0,3591	0,2776	0,4256	0,3750	0,4207	0,2835
Telêmaco Borba	0,3921	0,8082	0,8531	0,8491	0,6560	0,5277
Tibagi	0,3751	0,4802	0,4742	0,5880	0,4275	0,4187

FONTE: SISTEMA FIRJAN (2012) - ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Os baixos e regulares índices de desenvolvimento observados em Cerro Azul e Tibagi podem ser explicados pelo fato de em tais Municípios haver o predomínio da agricultura como principal atividade econômica, com maior número de estabelecimentos e empregos, é provável que em tais municípios ocorra um baixo registro de empregos formais, devido a maioria das atividades estarem relacionadas ao setor primário e neste haver grande número de trabalhadores informais ou em muitos casos famílias que tem esta atividade apenas como subsistência.

Na tabela 12 é possível verificar a geração de empregos formais no período de 2007 a 2010. Cerro Azul foi o município que mais gerou emprego no período, 90 novos postos de trabalho, enquanto Telêmaco Borba teve um saldo negativo de 524 empregos, as demissões foram maiores do que as admissões no período. Tibagi criou 70 novos empregos. Entre os anos de 2008 e 2009 ocorreu o maior número de desligamentos, devido a crise. Cerro Azul foi o município que menos sofreu com demissões. No ano de 2010 percebe-se uma recuperação em Telêmaco Borba e Cerro Azul.

TABELA 12 – GERAÇÃO DE EMPREGOS – 2007 A 2010

MUNICÍPIO	MOVIMENTAÇÃO	2007	2008	2009	2010	Total
Cerro Azul	Admissões	408	422	312	278	1.420
	Desligamentos	378	349	338	265	1.330
	Saldo	30	73	-26	13	90
Telêmaco Borba	Admissões	13.875	9.423	7.600	8.991	39.889
	Desligamentos	12.856	10.536	8.780	8.241	40.413
	Saldo	1.019	-1.113	-1.180	750	-524
Tibagi	Admissões	794	696	615	658	2.763
	Desligamentos	554	881	587	671	2.693
	Saldo	240	-185	28	-13	70

FONTE: MTE (2012) - ELABORAÇÃO PRÓPRIA

A criação de postos de trabalho pode servir para tirar famílias beneficiárias do PBF da situação de extrema pobreza. O aumento das oportunidades para tais famílias significa mais que ingressar no mercado de trabalho, significa também melhores condições de oferecer uma vida mais digna a seus filhos. O uso do benefício como complemento de renda e não como renda única pode proporcionar aos beneficiários não somente acesso a bens básicos, como a alimentação, mas sim acesso a serviços que antes era impossível, impulsionando assim a economia local, gerando mais empregos e aumentando a renda de todos.

5.5 SÍNTESE INDICADORES

Ao agregar os indicadores e dados de educação, saúde e renda, é possível uma melhor visualização dos efeitos em tais áreas nos municípios analisados.

O período dos dados possui algumas defasagens, pois não são todos os dados que estão disponíveis do período anterior à implantação do Programa Bolsa Família até os dias de hoje. Devido a isso nem sempre será possível verificar a situação antes do PBF e a evolução até o ano de 2011, último ano que algumas variáveis apresentam dados disponíveis, conforme quadro 2.

TABELA 13 – SÍNTESE DE INDICADORES⁵

	CERRO AZUL		VARIACÃO	TELÊMACO BORBA		VARIACÃO	TIBAGI		VARIACÃO
	ANTES	DEPOIS		ANTES	DEPOIS		ANTES	DEPOIS	
Beneficiários	1272	2195	72,6	2703	3415	26,3	566	1562	176,0
População	16496	16938	2,7	63289	69872	10,4	19469	19344	-0,6
População dependente do PBF	8%	13%	68,1	4%	5%	14,4	3%	8%	177,8
Educação									
Defasagem E. Fund.	25,3	20,9	-17,4	15,3	13,4	-12,4	23,7	21,5	-9,3
Defasagem E. Méd.	40,6	26,7	-34,2	27,0	31,3	15,9	35,7	30,7	-14,0
Taxa abandono E. Fund.	9,6	5,0	-47,9	2,5	1,7	-32,0	4,8	1,3	-72,9
Taxa abandono E. Méd.	17,6	9,0	-48,9	12,9	5,7	-55,8	12,7	6,4	-49,6
IFD-E	0,4497	0,5602	24,6	0,6772	0,7851	15,9	0,5373	0,6877	28,0
Saúde									
Cobertura Vacinal - BCG (%)	156,81	112,02	-28,6	119,97	91,61	-23,6	69,08	91,02	31,8
Cobertura Vacinal - Hepatite B (%)	124,06	109,69	-11,6	89,98	90,02	0,0	101,16	86,38	-14,6
Cobertura Vacinal - Contra Poliometilite (VOP) (%)	122,32	110,08	-10,0	83,04	88,1	6,1	99,13	91,33	-7,9
Cobertura Vacinal - Tetravalente (%)	0	110,08	100,0	0	89,22	100,0	0	91,33	100,0
Cobertura Vacinal - Triplice Viral (%)	80,58	97,67	21,2	86,04	92,09	7,0	100,87	95,36	-5,5
Cobertura Vacinal - Sarampo (%)	173,33	0	-100,0	85,68	0	-100,0	115,9	0	-100,0
IFD-S	0,6379	0,7797	22,2	0,685	0,8593	25,4	0,6477	0,8358	29,0
Emprego&Renda									
Saldo empregos	30	13	-56,7	1019	750	-26,4	240	-13	-105,4
IFD-R	0,3591	0,2835	-21,1	0,3921	0,5277	34,6	0,3751	0,4187	11,6

ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Telêmaco Borba é o município com maior população entre os três, seguido por Tibagi e Cerro Azul. Cerro Azul é o município que possui maior número de beneficiários do Programa, 13% da sua população em 2010 recebiam o benefício, enquanto Tibagi e Telêmaco Borba possuíam 8% e 5% do total de sua população recebendo o benefício. No período de 2004 á 2010, o município que apresentou maior aumento no número de beneficiários foi Tibagi com 176%, seguido por Cerro azul e Telêmaco Borba, respectivamente 72% e 26%. Os Municípios menores são os mais dependentes de transferência de Governo e possuem maior número de beneficiários com relação ao total de habitantes. No caso dos três municípios analisados, como já apresentado ao longo deste trabalho, Telêmaco Borba é o município que apresenta melhores condições socioeconômicas e economia mais

⁵ Devido a indisponibilidade de informações, o indicativo temporal de “antes” e “depois” nem sempre será o mesmo para todos os indicadores.

dinamizada, enquanto Cerro Azul e Tibagi carecem de alguns recursos e possuem economia voltada para uma agricultura pouco dinamizada.

Na área da educação, Cerro Azul apresentou a melhor evolução no indicador de defasagem escolar, tanto para ensino fundamental quanto para o médio, registrando melhora de 17,4% e 34,2% respectivamente, enquanto Telêmaco Borba evoluiu 12,4% no ensino fundamental e uma piora de 15,9% no ensino médio, no qual a taxa de distorção idade-série era de 27,0% em 2006 chegando a 31,3% em 2010. Tibagi registrou melhora de 9,3% no ensino fundamental e 14,0% no ensino médio. Porém vale ressaltar que Telêmaco Borba mesmo não possuindo a melhor evolução é o município que possui as menores taxas de evasão no período analisado e ao contrário se verifica em Cerro Azul que possui as maiores taxas, porém com uma evolução mais positiva.

Cerro Azul possui as maiores taxas de abandono, seguido por Tibagi e Telêmaco Borba, e a melhor evolução neste indicador foi em Tibagi com 72,9% e 49,6% para ensino fundamental e médio, seguido por Cerro Azul e Telêmaco Borba.

A evolução do índice Firjan de Desenvolvimento na educação foi melhor em Tibagi, quando aumento 28%, em seguida Cerro Azul com 24,6% e Telêmaco Borba 15,9%. O maior IFDM educação é apresentado por Telêmaco Borba e o pior é registrado em Cerro Azul. Este por sua vez, apesar de apresentar os piores indicadores na área da educação, está mostrando evolução positiva nos mesmos. Já Telêmaco Borba possui os melhores indicadores, porém quando se trata de evolução, este se mostra mais lenta. Tibagi esta numa situação mediana, pois possui indicadores que podem ser considerados razoáveis com evoluções por vezes satisfatórios.

Na área da saúde a cobertura vacinal apresenta-se de maneira assimétrica, uma vez que como mostrado anteriormente em alguns casos a cobertura vacinal ultrapassa 100%. Tibagi é o município que apresentou a melhor evolução na cobertura vacinal seguido por Telêmaco Borba e Cerro Azul, que mais uma vez apresenta os piores índices.

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal na área da saúde é maior em Telêmaco Borba, seguido por Tibagi e Cerro Azul. A melhor evolução foi em Tibagi, aumento de 29%, Telêmaco alcançou 25,4% de aumento e Cerro Azul apenas 22,2%. Cerro Azul é o município que possui o melhor acompanhamento dos beneficiários na área da saúde, porém, é o município que apresenta o pior IFD-S, o

que reforça a ideia de que além da existência do Programa e de rotinas de acompanhamento, se fazem necessários também condições de infraestrutura para atendimento e suporte as famílias.

O IFD emprego & renda, são considerados baixos nos três municípios analisados, Telêmaco Borba mesmo possuindo o melhor índice, ainda assim é considerado baixo (0,5277) em 2009. Quando se trata de evolução entre o ano 2000 e 2009, o mesmo aumentou em 34,6%, enquanto Tibagi apenas 11,6% e Cerro Azul reduziu em 21,1%, com o pior índice, o município registrou (0,2835) em 2009.

Por se tratar de municípios pequenos e com baixo número de população em idade ativa a variação de estoque de empregos, ou seja, o aumento na geração de empregos pode ser mínimo, já que não há população para sustentar este aumento e também o aumento de atividade estar vinculada principalmente na agricultura, o que nem sempre é garantia de emprego formal. Vale ressaltar também que a redução a partir de 2008 pode ser devido a Crise Mundial, no qual teve um aumento no desemprego formal, o que reflete diretamente no IFDM.

Com os dados apresentados acima, é possível mostrar que o município que possui maior número de beneficiários não apresenta os melhores resultados nas áreas que possuem condicionalidades e que deveriam estar evoluindo positivamente. Cerro Azul tem os piores indicadores e evoluções abaixo dos registrados em Telêmaco Borba e Tibagi. Sendo assim, é plausível que somente a transferência de renda não seja o suficiente para o desenvolvimento dos municípios, é preciso ações conjuntas e contínuas para que promovam o desenvolvimento socioeconômico da população, ações como investimento na educação, saúde e inserção das famílias que vivem a margem da sociedade no mercado de trabalho.

6 CONCLUSÃO

Desde 1929, o combate a pobreza tornou-se um desafio na grande maioria dos países, pois a pobreza é um obstáculo para o desenvolvimento econômico e social do país. As primeiras ideias de políticas sociais que visassem a proteção social da população vivendo em condições de extrema pobreza surgiram como forma de aliviar de maneira imediata a pobreza e dar condições mínimas de subsistência a esta parte da sociedade que viviam em situação de vulnerabilidade.

No Brasil os primeiros movimentos direcionados a proteção social foram registrados no início dos anos 30 e até hoje são considerados ações importantes para o país. Dentre essas ações, o Programa Bolsa Família hoje é considerado a principal medida de combate a pobreza imediata. Pois o programa através da transferência de renda direta condicionada, proporciona as famílias beneficiárias acesso a bens básicos, tais como alimentação.

Como política de alívio imediato da pobreza, o Programa Bolsa Família apresenta resultados positivos e de grande magnitude, principalmente no que tange à segurança alimentar. Porém, conforme apresentado ao longo deste trabalho quando se analisa os efeitos na área da educação, saúde e emprego, que são tidos condicionalidades do Programa e que são consideradas áreas que deve ocorrer algum desenvolvimento e melhora, o que se observa é que no município em que o Programa é mais significativo, ou seja, possui a maior parcela de famílias atendidas, o mesmo se mostra menos eficaz do que registrado nos municípios com menores parcelas de famílias atendidas. Cerro Azul que apresenta os piores indicadores e evoluções é, por exemplo, o município que tem o melhor acompanhamento das famílias com perfil na área da saúde, já Telêmaco Borba e Tibagi não tem o melhor acompanhamento, porém apresentam os melhores resultados nos indicadores e evolução.

O problema não está na maneira como ocorre a gestão do Programa, mas sim nas condições socioeconômicas dos municípios. E esta, é hoje um dos maiores desafios do Programa Bolsa Família. É preciso além do benefício financeiro, oferecer as famílias estrutura para que elas possam se desenvolver. Isso se inicia desde a gestação, com o acompanhamento pré natal, disponibilização das vacinas necessárias e estrutura básica para atendimentos na área da saúde. Também deve

o Estado proporcionar as famílias educação de qualidade para que os estudantes tenham vontade de estar dentro das salas de aula e que os estimulem pela continuidade nos estudos. E por fim, que este recurso financeiro possa promover a inserção das famílias no mercado de trabalho, dando condições à elas de auferir maior renda e assim tira-las da situação de vulnerabilidade.

Para que esses tipos de investimentos ocorram é preciso que o município como principal gestor do PBF além de exercer de maneira eficiente suas funções, que são de identificação, implantação, execução e controle também deve acompanhar as necessidades de cada região. Para isso, é necessário que o município disponibilize órgãos ou setores destinados a gestão do Programa e que possam o acompanhar continuamente. Nesse sentido, em Tibagi o órgão responsável pelo PBF é a Secretaria da Criança e Assistência Social, em Cerro Azul o órgão destinado a gestão exclusiva do Programa é a Secretaria de Ação Social e em Telêmaco Borba a Secretaria Municipal de Ação Social. Juntamente com essas secretarias locais, no Paraná existe a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social que tem como objetivo a inclusão social das famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.

É evidente que medidas como o Programa Bolsa Família, trazem grandes melhorias na vida da população que vive em situação de extrema pobreza, porém, ainda há muito que se discutir e o que fazer em torno deste problema, pois apenas benefícios financeiros sem o devido suporte ainda não é o caminho para uma ideal política de proteção social.

7 REFERÊNCIAS

BELIK, Walter e Maya Takagi, **A implantação da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: entre a caridade e os gastos sociais**. Disponível em <http://ieham.org/html/docs/Politica_SAN_Brasil.pdf>. Acesso em 16/05/2012

BRASIL. **Lei 10.836, de 9 de janeiro de 2004**, Cria o Programa Bolsa Família e da outras providências. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 2004. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm> . Acesso em 27/03/2012.

BRASIL, 1992. **Projeto de lei nº 2561**, Institui o Programa de Garantia de Renda Mínima – PGRM e dá outras providências. Senado, Brasília, 1992. Disponível em <http://www.senado.gov.br/senadores/Senador/esuplicy/Programa/projeto_lei.asp>. Acesso em 27/03/2012.

CASTRO, H.C.O. de; WALTER, M.I.M.T.;SANTANA, STEPHANOU,M.C. **Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira**. 19f. Artigo da Biblioteca Virtual do Bolsa Família publicado pela Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24/09/2012.

DATA SUL. **Bolsa Família**, 2012. Disponível em : <http://bolsaFAMÍLIA.datasus.gov.br/w3c/bfa_relconsol.asp>. Acesso em 25/06/2012.

DE MORAES, José Cássio et al . **Qual é a cobertura vacinal real?**. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 12, n. 3, set. 2003 . Disponível em <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742003000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24/06/2012.

HONDA, **Welfare State**, 2003. Disponível em <<http://www.intervox.nce.ufrj.br/~ballin/welfare.doc>>. Acesso em 01/05/2012.

INSTITUTO de PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, **Ipeadata**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>> Acesso em: 15/04/2012.

INSTITUTO de PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, **Coletânea Renda Mínima**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/livros/rendaminima.htm>> Acesso em: 15/04/2012.

INSTITUTO de PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, **Ipeadata**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/> > Acesso em: 15/04/2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. **Municípios e Regiões**, 2012. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em 04/04/2012.

MATRIZ DE INFORMAÇÃO SOCIAL. **Tabelas Sociais Bolsa Família**. 2012. Disponível em: < http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mi2007/tabelas/mi_social.php>. Acesso em 20/04/2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Estatísticas**, 2012. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em 04/04/2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). **Bolsa Família**. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsaFAMILIA>>. Acesso em 04/04/2012.

O BRASIL sob a nova ordem: a economia brasileira contemporânea - uma análise dos governos Collor a Lula. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 373p., il.; gráfs., tabs., 24cm. Inclui referências e notas. ISBN 9788502085527.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano**, 2000.

SECRETARIA NACIONAL DE RENDA E CIDADANIA (SENARC). **Informações do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família**. Disponível em < <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ascom/senarc/index.php>>. Acesso em 30/05/2012.

SEN, A. Pobreza como privação de capacidades. In: Amartya Sen. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras, 2000. p. 109-134.

SILVA, M. O. da S. **Renda mínima e reestruturação produtiva**. São Paulo. Cortez, 1997.

SUPLICY, E. M. e BUARQUE, C. **Garantia de renda mínima para erradicar a pobreza: o debate e a experiência brasileiros**, 1997.